

UM FÓRUM PARA AVANÇAR EM P&D

***Roberto Rodrigues**

Em novembro passado a OCDE, importante *think tank* bancado pelos 34 países mais ricos do mundo (o Brasil só participa como observador) deu início a um ciclo de debates sobre as principais agriculturas do planeta, convidando a Fundação Getúlio Vargas para apresentar o agronegócio brasileiro. O simples fato de ser o Brasil o primeiro convidado deste ciclo (cujas reuniões só ocorrerão uma vez por semestre) já é indicador do quanto aquela reconhecida instituição respeita o nosso setor agropecuário.

O seminário teve uma apresentação sobre o cenário macroeconômico brasileiro, depois foi evidenciada a importância do agronegócio neste cenário, seja pela criação de empregos, seja pela sua participação no PIB e nas exportações.

Falou-se bastante na tecnologia tropical desenvolvida no país, como ênfase para a sua sustentabilidade.

E, por fim, discutiu-se longamente a relevância da agroenergia como alternativa energética renovável e limpa, mitigadora da emissão de gases de efeito estufa responsáveis pelo aquecimento global.

Os debates que se seguiram foram de altíssimo nível, mas duas questões ficaram subjacentes a toda a discussão e, de uma forma ou de outra, apareceram nas perguntas formuladas; a primeira tinha a ver com tecnologia.

Conhecido o impressionante aumento da produtividade agrícola experimentado pelo Brasil nos últimos anos, seria possível manter este ritmo, de forma a aumentar ainda mais a produção sem precisar desmatar novas áreas?

E o segundo: seria possível o Brasil transferir as tecnologias aqui desenvolvidas para outros países tropicais?

Ambas as questões têm a ver com sustentabilidade, e o expositor Silvio Crestana, ex-presidente da EMBRAPA, respondeu a elas, com clareza meridiana.

É claro que os saltos de produtividade não serão mais da mesma envergadura que tivemos no passado no caso da soja e do algodão, por exemplo. Mas há importantes produtos da pauta brasileira que podem melhorar muito, como o caso do milho e do trigo. E também a pecuária, que cederá terreno à agricultura.

E é claro que o Brasil pode ser um disseminador destas tecnologias para outros países tropicais da América Latina, da África e da Ásia, especialmente agora, a partir de janeiro de 2012, quando o brasileiro José Graziano da Silva assume a Diretoria Geral da FAO: esta poderosa organização pode ser a ponta da lança deste projeto.

No entanto, Crestana assinalou uma grande agenda para a nossa Economia Verde, aliás compatível com as recentes decisões da COP 17, realizada em Durban, na África do Sul. Mostrou que os fatores determinantes para a maior demanda de alimentos são: população e renda crescentes, urbanização, mudança da pirâmide etária e educação/informação. E as

tendências da alimentação são: saudabilidade e bem estar, sensorialidade e prazer, conveniência e praticidade, qualidade, sustentabilidade e ética.

Considerando estes fatores todos, impõe-se uma ampla agenda na área da ciência e da tecnologia para o setor.

- Desenvolver e avaliar sistemas sustentáveis para recuperação de áreas degradadas, principalmente por pecuária;
- Desenvolver e explorar tecnologias 2ª geração;
- Posicionar-se sobre pegada hídrica: água azul, verde e cinza e estabelecer rede de P,D&I recursos hídricos e agricultura;
- Medir ciclo de vida de produto (água, energia, gases efeito estufa, taxa de perda ou ganho de biodiversidade...);
- Estabelecer indicadores de qualidade, medi-los e monitorá-los;
- Medir vulnerabilidade e resiliência de sistemas;
- Simular e modelar sistemas visando estabelecer cenários e previsões.

Está na hora de criarmos um Fórum para discutir estes temas todos. A participação do setor privado na formulação de novas rotas tecnológicas é essencial.

Temos órgãos de pesquisa e extensão extraordinários. Mas muitas vezes seus esforços são dispersos. Organizar a área de P, D & I no Brasil é hoje um tema imperioso.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**